



Tramas da prostituição, urdiduras da memória: as transformações da “Casa da Antonieta”

Tramas de la prostitución, urdimbres de la memoria: las transformaciones de la “Casa de Antonieta”

E6_04_ Problemáticas particulares: Mujeres e historia urbana en Latinoamérica

Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro

Universidade de São Paulo, Brasil

mariaeduarda.cordeiro@usp.br

Resumo: Este trabalho se dedica a explorar as mudanças espaciais sofridas pela zona prostitucional da cidade de Assis (SP), de meados do século XX à atualidade, a partir de um estudo particularizado da “Casa da Antonieta”, cuja fama regional se estendeu até a década de 1970. A abordagem visa pormenorizar a relação mais ampla instituída, a partir dos anos 1950, entre processos de expansão da área central da cidade e consequente segregação socioespacial da prostituição e de suas/seus agentes, conjuntura comum a outros municípios brasileiros, trazendo à tona uma correlação entre repressão administrativa e policial seletiva, junto de uma tolerância à prática. O mesmo estudo de caso permite dar conta de outra transformação significativa que alcança os dias atuais: o terreno onde se centrava a “Casa” deu lugar à Capela Sagrada Família, reiterando tensionamentos em torno da memória da prostituição assisense. Os objetivos centrais da proposta são realizados contando com uma intersecção entre os campos da História das Relações de Gênero, História Oral e História Urbana, em busca de um encontro frutífero entre as escalas macro e micro históricas inscritas à História da Prostituição no Brasil.

Palavras-chave: prostituição; memória; gênero; cidade.

Resumen: Este trabajo se dedica a explorar las transformaciones espaciales experimentadas por la zona de prostitución de la ciudad de Assis (SP), desde mediados del siglo XX hasta la actualidad, a partir de un estudio pormenorizado de la “Casa da Antonieta”, cuya fama regional se extendió hasta la década de 1970. El enfoque busca detallar la relación más amplia establecida, a partir de los años 50, entre los procesos de expansión del área central de la ciudad y la consiguiente segregación socioespacial de la prostitución y de sus agentes, una coyuntura común a otros municipios brasileños, poniendo de relieve una correlación entre la represión administrativa y policial selectiva, junto con una tolerancia hacia dicha práctica. Este mismo estudio de caso permite dar

cuenta de otra transformación significativa que alcanza los días actuales: el terreno donde se ubicaba la “Casa” dio lugar a la Capilla Sagrada Família (Capela Sagrada Família), reiterando las tensiones en torno a la memoria de la prostitución en Assis. Los objetivos centrales de la propuesta se llevan a cabo mediante una intersección entre los campos de la Historia de las Relaciones de Género, la Historia Oral y la Historia Urbana, en busca de un encuentro fructífero entre las escalas macro y microhistóricas inscritas en la Historia de la Prostitución en Brasil.

Palabras-clave: prostitución; memoria; género; ciudad.

Introdução

O presente trabalho aborda um estudo de caso centrado na cidade de Assis, município do estado de São Paulo, entre os séculos XX e XXI, em conexão com a perspectiva ampla da História da Prostituição no Brasil. Para isso, um evento se configura como ponto de partida: a transformação espacial sofrida por uma casa de prostituição de destaque, a “Casa da Antonieta” (ativa até finais de 1970), em um espaço de culto católico que remete diretamente à Sagrada Família. A capela citada teve seu projeto de construção iniciado em finais de 1990¹, e continua em atividade, ocupando um terreno visualmente mais elevado que seu entorno, majoritariamente composto por casas residenciais e novos empreendimentos verticalizados de moradia. Esta mudança é representativa, por si só, dos tensionamentos que conformam memórias sobre a prática da prostituição, quando a simples afirmação de apagamento ou silenciamento de processos históricos e seus(suas) respectivos(as) agentes participantes não é capaz de explicar a pluralidade de narrativas interpostas ou concorrentes que continuam a intermediar as relações entre os habitantes de uma cidade e as camadas formativas deste mesmo espaço urbano.

Com isso, será realizada uma interlocução entre os campos da História Oral — especialmente, através da dissertação de Ivana G. Simili², que à época contou com os testemunhos das próprias trabalhadoras da Casa —, da História das Relações de Gênero e da História Urbana para empreender uma investigação plural sobre os limites flexíveis entre o esquecer e o (re)lembrar, em se tratando de usos do corpo feminino, relacionamentos heterossexuais para além do matrimônio religioso e condições econômicas que emergem na análise da prostituição, permitindo o fortalecimento deste campo de pesquisa, inclusive em uma perspectiva de longa duração, incentivando as conexões que podem se estabelecer no âmbito latino-americano.

Tramas construídas, um alinhavo constante

No ato da costura, o alinhar antecede o coser definitivo, o estabelecimento das tramas que formam a peça desejada. Na conformação das memórias humanas, no entanto, esta linearidade não é assim tão perfeita. As urdiduras que antecipam as tramas não são sempre muito horizontais quanto aparentam à primeira vista. As tramas se confundem, desfazem-se, exigindo um alinhavo constante, que não necessariamente assegura o desenho que as linhas futuras vão realizar em um determinado tecido. O inesperado toma seu lugar narrativo, confundindo as rígidas fronteiras entre passado, presente e futuro. É esta a mesma razão pela qual Walter Benjamin considerava a história afastada de um tempo “homogêneo e vazio”, e mais próxima de um tempo saturado de “agoras”³. Surgem, assim, as ambiguidades do esquecimento, em seu polo ativo conectado à rememoração⁴, quando esquecer e lembrar se constroem mutuamente. A segurança aparente oferecida por uma progressão temporal linear, quiçá previsível, ausenta-se. O que se segue não é

¹ No atual momento da pesquisa, não foram localizados registros oficiais que indicassem a exata data de inauguração da Capela. Com maior convicção, é possível afirmar que, em meados da década de 1990, já havia um projeto de construção em andamento.

² SIMILI, Ivana Guilherme. **Memória da prostituição**: lembranças da “Casa da Antonieta”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 1995.

³ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: **Obras Escolhidas**: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 229.

⁴ Memória, história, esquecimento. In: **Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism**, Budapeste, 2003.

a confusão das temporalidades, mas, sim, o âmago da tarefa historiográfica: o reconhecimento do presente como motor, junto da impossibilidade de reconstrução plena do passado.

Nesse sentido, um evento pode atuar como centelha, faísca que ilumina parcial e indiretamente o olhar historiador em direção a um contexto que não lhe é imediato. É exatamente um evento que iniciará a discussão proposta. A cidade de Assis, emancipada no início da primeira década do século XX, localizada no interior do estado de São Paulo, não desvincula sua trajetória da presença da prostituição. A zona de meretrício assisense, porém, passou por um processo de dissolução crescente em finais do século passado, o que não resultou na extinção da prática, mas em uma nova realocação e organização da mesma. Um detalhe não aparente, mas ainda lembrado por gerações que viram a zona esmaecer de maneira gradativa, é a presença de uma capela na rua Flauzino Pereira, atual bairro Vila São Cristóvão, dedicada à Sagrada Família, e que abriga o Centro de Espiritualidade Luís e Zélia Martin. Ali, há pouco mais de quatro décadas, encontrava-se uma outra construção, de funções e características visuais singularmente diversas. Era a “Casa da Antonieta”, reconhecida pelo nome de sua proprietária, espaço prostitucional que se diferenciava social e economicamente na zona, com destaque no centro-oeste paulista desde 1950, junto das cidades de Bauru⁵ e Presidente Prudente. Oscilando entre as denominações de “casa” e “chácara”, o local se encontrava em proximidade à Rodovia Benedito Pires, e é recordado a partir da identificação de um terreno mais elevado. Era preciso “subir o morro” para alcançá-lo, portanto. Motivo utilizado, inclusive, para a troca de hostilidades entre a vizinhança. O cercamento branco que distinguia a Casa fez com as outras casas a apelidassem, de forma provocadora, como “curral das vacas”, enquanto para as mulheres da Casa, os arredores ficaram conhecidos como “baixadão das éguas”, em referência ao restante da zona⁶.

A partir desta breve introdução, torna-se evidente a escolha nada acidental do nome da pequena igreja que ocuparia lugar central em meio aos novos empreendimentos imobiliários residenciais, resultantes do desmantelamento da anterior zona. O modelo familiar composto por Jesus, Maria e José, sendo sagrado no catolicismo, projeta-se em uma nova apropriação do mesmo lote. O Centro de Espiritualidade que leva o nome dos pais de Santa Teresinha reafirma o compromisso com a santidade desejável no seio do lar cristão. O evento em pauta, apesar de significativo por si só, é capaz de movimentar uma investigação ainda mais completa, inseparável da trajetória da prostituição na cidade em sua relação intrínseca às expectativas de atuação dos gêneros, de formação familiar, orientação religiosa e posição de classe. Todos os conflitos que daí emergem conformam as bases para as memórias. O passado atua, mais uma vez, como “nuvem insidiosa que ronda o fato do qual não se quer ou não se pode lembrar”⁷; é um diagnóstico da lembrança como territorializada no presente, uma questão que não se esgota na contraposição entre memória completa e esquecimento, nas palavras de Beatriz Sarlo⁸.

⁵ Em Bauru, a “Casa da Eny” foi elevada ao *status* de “bordel nacional”. Ver mais em: MELLO, Lucius de. **Eny e o grande bordel brasileiro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

⁶ SIMILI, Ivana Guilherme. **Memória da prostituição**: lembranças da “Casa da Antonieta”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 1995. p. 79.

⁷ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 9.

⁸ Ibid., p. 21.

As tramas dos deslocamentos: a pensão

A prostituição acompanha as modificações sofridas pela cidade de Assis, como é de se esperar, e nem sempre voluntariamente. O início da cidade remonta à doação de terras do Capitão Francisco de Assis Nogueira à Igreja, o que, de antemão, demarca a presença expressiva do catolicismo, hegemônico entre a população até o último censo nacional, em 2022⁹. Com a instalação da Estrada de Ferro Sorocabana, a ocupação central do município, oficializado como tal em 1917, amplia-se. É com a economia cafeeira ascendente na cidade de Londrina, estado do Paraná, que Assis passa a se inserir em rotas de migração de relevância regional, marcando um período conhecido como de forte urbanização e modernização, que teria seu auge entre as décadas de 1940 e 1950, envolvendo a fundação da Faculdade de Ciências e Letras em 1957. Não com surpresa, os processos-crime do Fórum da Comarca de Assis — hoje, parte do acervo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP, Unesp) — dão conta de que essa transformação não foi unívoca. Em sua dissertação, Renan S. R. Manaia¹⁰ destaca os deslocamentos e, portanto, as mudanças de significado sofridas pelos espaços de prostituição assisenses através destas fontes documentais, que, em traços gerais, são representativas da variação das formas de convivência com a prática e, por isso, também acompanham o movimento de criação de uma zona de meretrício distante da área central.

Com o estudo dos processos criminais, é possível prosseguir a um mapeamento das zonas de maior conflituosidade relacionadas à prostituição. Grosso modo, até finais da década de 1940, as ocorrências se concentravam em proximidade com a Praça Dom Pedro, marco central da cidade onde se localiza a Catedral, segundo Manaia. No entanto, a partir deste período, um distanciamento ligeiramente maior começa a se efetivar de forma gradual, e então emerge a citação à rua José Vieira da Cunha e Silva. Em pouco menos de dez anos depois, é para o final desta mesma rua que será deslocada a zona de prostituição assisense, tendo como marco distintivo o desenho curvo que ela adquiria antes de se conectar à Rodovia Benedito Pires, que conecta Assis à Cândido Mota (SP). Conhecida popularmente como “JV”, a rua abrigava pensões femininas que poderiam agir no limiar entre a recepção e abrigo a mulheres — especialmente, para mulheres migrantes que, por motivação pessoal ou conflitos familiares, saíam de suas moradias de origem —, e espaços fechados de prostituição. Ainda hoje, a categoria “pensão” suscita semelhante atuação ambígua nos espaços urbanos¹¹, justificando sua interpretação, em certos casos, como tentativa de eufemismo, alternativa à força argumentativa contida em termos como “bordel” e “casa de prostituição”. As pensões, portanto, poderiam sofrer a força de preconceitos de gênero, considerando que espaços de moradia compartilhada entre mulheres poderiam ser compreendidos como locais de agrupamento de mulheres desprestigiadas. Mas os mesmos estabelecimentos poderiam, sim, unir a problemática do déficit habitacional ao exercício da prostituição, o que estabelecia, de antemão, uma relação hierárquica entre moradoras/trabalhadoras da pensão e as proprietárias.

⁹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/assis/pesquisa/10105/328261>.

¹⁰ MANAIA, Renan Saab Rodrigues. **Os espaços da prostituição: a história de Assis narrada pelos processos crime (1930-1963)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, 2010.

¹¹ No caso do bairro Jardim Itatinga, na cidade de Campinas (SP), as pensões se referem a espaços de moradia e alimentação para prostitutas, que, por sua vez, realizam os “programas” em carros, na rua ou em casas de prostituição. A maioria das pensionistas, nestas situações, são mulheres trans/travestis, diferenciando-se do contexto assisense aqui delimitado, em que a maioria das referências centra-se em mulheres cisgênero. Ver mais em: RAMOS, Diana Helene. **Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero: a segregação urbana da prostituição em Campinas**. São Paulo: Annablume, 2019. p. 103.

Uma destas pensões era a “Maximé”, inspirada, é possível, pela Pensão Maxim’s, em atividade na cidade de São Paulo nos anos 1910, ou apenas mobilizadora de um léxico comum vinculado à grandeza e luxo, comum na nomeação de hospedagens à época. Sua proprietária, Antonieta De Tílio, não deveria proceder de maneira tão diversa das demais donas de pensões da região. Localizado onde, hoje, está o cruzamento das ruas “JV” e José Bonifácio (número 427), o estabelecimento era composto por duas casas, uma principal e outra de fundos, conectadas por um quintal que também abrigava o banheiro externo destinado ao uso das mulheres¹². A divisão dos prédios em quartos, não se pode afirmar com certeza se individuais ou compartilhados, não se distancia de estruturas organizacionais que também se repetiam em casas de prostituição. Curioso observar como Michelle Perrot relembra a resistência discriminatória de ambientes de hospedagem a aceitarem mulheres sozinhas em seus quartos, “as isoladas”, com “medo da prostituição” que poderia se desenvolver em seus domínios¹³. Os quartos são, de qualquer maneira, o espaço por excelência tensionador das fantasias em torno do público e do privado, acirradas ao longo dos oitocentos. Vazios ou habitados, denunciam, em diferentes graus, conflitos, afetos, o cultivo de uma identidade (ou o desejo de sua criação como narrativa pessoal e particular) e as consequências da passagem do tempo na vida humana. Mesmo em silêncio, com seus significados esmaecidos sob a sensação da trivialidade cotidiana, repousa nele certa ação ou expectativa, como captado por Eugène Delacroix em seu *Le lit défait*. Falar sobre os espaços de prostituição dita “fechada”, entre casas e pensões, é ter de citar a dinâmica dos quartos: o desejo ou imposição (advinda das proprietárias, por exemplo) pelas portas e janelas cerradas, a manutenção de um pudor exterior. E será essa a imagem cultivada por Antonieta e que, ao que parece, foi uma das peças-chave para sua popularidade entre potenciais clientes. Verifica-se uma aproximação entre as ideias de decência, limpeza/asseio a uma clivagem de classe, já que outros ambientes poderiam ser desqualificados a partir de uma correlação entre o que é sujo e a pobreza, indesejados nos projetos de modernização da cidade.

Há de se lembrar que nem toda prostituição é massivamente tida como inconveniente. Por isso, a tradição de estudos historiográficos sobre a prática, com destaque para os séculos XIX e XX, dificilmente se furta da menção ao higienista Parent du Châtelet, um dos grandes nomes na defesa de uma prostituição controlada, sendo a vigilância médica imprescindível. É possível que, tanto a pensão quanto a Casa/chácara de Antonieta, tenham desenvolvido certa aproximação com estas premissas, o que as distanciava de reiterados conflitos diretos com policiais e outros agentes de controle. Mas a pensão urbana não foi isenta das pressões para a criação de uma zona afastada na década de 1950. A instalação de órgãos públicos e a destinação das mesmas ou de novas construções a famílias desconectadas do trabalho com a prostituição foram o grande mote em torno da reiterada pressão para deslocamento dos espaços prostitucionais. A intimidação, ora mais, ora menos camuflada em possíveis acordos, não parece ter sido moderada, já que a mudança das casas, apesar de gradual, realizou-se muitas vezes sem que as novas construções sequer estivessem finalizadas ao final da rua JV¹⁴, e mesmo sem uma larga preparação da região para o recebimento das novas moradoras, estando inicialmente ausentes os serviços de saneamento básico. Então, a antiga pensão Maximé dará lugar ao Departamento de Tuberculose do Centro de

¹² As informações sobre a casa foram reconstruídas por Ivana Simili. Ver mais em: SIMILI, Ivana Guilherme. **Memória da prostituição**: lembranças da “Casa da Antonieta”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 1995.

¹³ PERROT, Michelle. **História dos quartos**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 190.

¹⁴ SIMILI, op. cit., p. 78.

Saúde de Assis¹⁵, indicando mais uma vez o imbricamento político entre preocupações de saúde pública e prostituição.

As urdiduras em movimento: a Casa

Instalada na zona de meretrício, fruto de um deslocamento involuntário (o que ocorreu com grande parte da vizinhança), próxima a uma área de rodovia, a Casa da Antonieta se afastava, por fim, do estatuto de “pensão”. Se esta fosse uma estratégia eufemística da proprietária, encerravam-se suas possibilidades de ocultação. A circulação de pessoas, ali, passa a ser majoritariamente, se não quase toda, envolvida nos circuitos da prostituição. Pode-se inserir o caso assisense dentre os exemplos das zonas segregadas¹⁶, que servem a uma separação social física de grupos em relação àqueles(as) que usufruem do acesso aos serviços concentrados no centro. Nas memórias das mulheres da Casa, tão ricamente analisadas por Ivana Simili, irrompem lembranças das visitas pontuais a cabeleleiras, costureiras e modistas, feitas a carro ou charrete, fora da zona. Tais movimentações, no entanto, servem como uma espécie de reconexão, inesperada e desejada, com ruas, caminhos, pelos quais estas mulheres não mais transitavam cotidianamente. A possibilidade de encontros fora da Casa, inclusive com clientes conhecidos, não poucos casados (e, quando não, junto de suas esposas e filhos), exigia a habilidade exata entre a apreciação do passeio, a/ou necessidade de cumprir demandas pessoais, e a capacidade de se tornar imperceptível ou desconhecida a olhares familiares. Se suas passagens pelo centro pudessem se demorar mais do que aparentam seus relatos, estas mulheres poderiam ser plenamente consideradas como exímias *flâneuses*, desafiando as interpretações tradicionais do “flanar feminino” urbano, que tendem a diferenciar o estatuto de prostituta (estigmatizado) ao de uma mulher qualquer que deseja materializar sua aspiração de correr, comandar e se apropriar da cidade¹⁷, acima das limitações baseadas pela desigualdade de gênero.

Neste caso, permanecem ativas e fortes as muralhas invisíveis da Babilônia moderna, como nomeadas por Nicolau Sevcenko¹⁸. Mecanismos não aparentes a olho nu que funcionam como tecnologias de exclusão, internalizadas ou impostas, que operam de forma a segregar. Com o afastamento da zona, há um visível desencorajamento à presença destas mulheres em ambientes que não aqueles diretamente associados à prostituição, remetendo a um tensionamento com o ideal de família em exercício naquele momento. Mas não apenas de muralhas invisíveis se fez a prestigiada Casa da Antonieta, reafirmando a definição de Maria Stella Bresciani de que “as cidades são antes de tudo uma experiência visual”¹⁹. A premissa da arquitetura da própria chácara era a diferenciação em relação ao entorno. Os relatos de trabalhadoras e os registros fotográficos acessados por Ivana Simili não deixam de revelar a presença marcante de uma cerca de madeira que envolvia a Casa, além de uma vegetação de eucaliptos que a cercundava, imprimindo ares de maior privacidade ao espaço. Estes elementos visuais parecem ter agido em duas direções: a

¹⁵ SIMILI, Ivana Guilherme. **Memória da prostituição**: lembranças da “Casa da Antonieta”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 1995. p. 77.

¹⁶ FELDMAN, Sarah. **Segregações espaciais urbanas**: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo. 1989. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

¹⁷ MELLO, Luísa Antonitsch Mansilha; RIBEIRO, Ana Paula Pereira da Gama Alves. Circulação e vivência nas cidades: ser mulher, ser flâneuse. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, 2021.

¹⁸ SEVCENKO, Nicolau. As muralhas invisíveis da Babilônia moderna. **Revista Óculum**, n.1, 1985.

¹⁹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e Historiografia das Cidades, um Percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2000.

preservação da privacidade dos clientes, potencial fator de atração dos mesmos, e a limitação dos deslocamentos femininos. Sobre o primeiro, é necessário ter em conta que, diferente do que antes ocorria nas pensões, frequentar um espaço de prostituição agora estava necessariamente vinculado à necessidade de maior movimentação, atravessando caminhos que não seriam sequer ainda pavimentados. Por outro lado, a distância auxilia em uma tentativa de maior preservação da imagem pessoal, especialmente aos homens casados, que não em raras ocasiões investiam também em encontros vespertinos. E em relação ao segundo, o contorno das cercas imprimia manutenção à noção de recolhimento, força discursiva em torno do gênero feminino, e já desde o início associada à proposta de zoneamento.

Nesse contexto, são visíveis as expectativas que se delineiam em torno da binariedade de gênero, tensões já vastamente exploradas pelas contribuições historiográficas dedicadas ao campo. Em uma perspectiva de longa duração da formação histórica brasileira, as aproximações entre público/masculino e privado/feminino, apesar de claramente genéricas, não são, contudo, de completa imprecisão. Os modelos normativos de “ser mulher” e “ser homem”, que se fortalecem desde meados do século XIX, pautados pelas elogiosas “virtudes burguesas”²⁰, investem em uma nova posição dominante masculina que seja capaz de reforçar a inclinação feminina ao apego doméstico, agora na figura da esposa “mãe devotada e inteira sacrifício”²¹, atenta ao saber médico e dele um de seus objetos principais (seu corpo dificilmente afastado de sua moralidade). É nessa conjuntura que a casa irá se constituir como “espaço alternativo ao trabalho masculino, à tecnologia assombrosa e explícita das máquinas e à agitação das multidões urbanas”²². Até mesmo sua decoração interna funcionará de maneira a omitir o trabalho feminino necessário à manutenção da própria moradia e de seus membros, exacerbando a fusão corpo-espaço doméstico para o caso feminino, o que se exemplifica de maneira primorosa na obra “Interior, mãe e irmã do artista”, de Édouard Vuillard. As diferentes experiências raciais e de classe, por exemplo, colocam em xeque a viabilidade deste modelo, mas sua força argumentativa não é anulada, tendo sido adaptado e se expandido para além das elites burguesas já em meados do século XX. O casamento católico, transformado em oportunidade para aprimoramento destas supostas inclinações inerentes, vem coroar o processo de identificação do feminino ao íntimo do lar, ainda que sem um incentivo ao pleno conhecimento e domínio do íntimo de seu corpo. Tais expectativas, portanto, atravessam a experiência de prostituição, o que se verifica pela maior fixação das mulheres na Casa, enquanto os clientes são aqueles que “vem e vão”.

O casamento era tópica incontornável no cotidiano. A permissão social para que homens casados frequentassem a zona de meretrício contrastava com as restrições feitas a mulheres casadas de manterem relacionamentos além-matrimônio. É preciso sublinhar que a casa de prostituição permitiria o desenvolvimento de relações heterossexuais que, mesmo intermediadas por transações econômicas e assimetrias de gênero, ultrapassavam certas projeções que povoavam as relações matrimoniais. As visitas vespertinas, sem a demanda pelo sexo, o recebimento ou as trocas de presentes, abriam-se aos afetos, amores e às frustrações, de ambos os lados. Aqui, reaparece o tema matrimonial, especialmente aos solteiros. Aquele que desejasse estabelecer um relacionamento monogâmico com a mulher que conheceria na Casa, deveria dali “tirá-la” por meio

²⁰ RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 - 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 62.

²¹ Ibid., p. 65.

²² CARVALHO, Vânia Carneiro de. O “sexo” das coisas. In: CARVALHO, Vânia Carneiro de. (org.). **Casas e coisas**. São Paulo: Edusp, 2022. p. 73.

de uma proposta de casamento, uma realidade que seria tão popularizada na década de 1970 pela composição e voz de Odair José (“eu vou tirar você desse lugar, eu vou levar você pra ficar comigo”). Enquanto tal não se efetivasse, compreende-se que seu desejo de exclusividade não seria legítimo. O casamento, ou a simples espera pelas promessas, tornavam-se parte das expectativas das prostitutas, como via de partida da Casa e, com isso, como caminho de acesso à construção de uma reputação de respeitabilidade, a partir do investimento em outra casa, aquela edificada com o marido, filhos e feita ao seu “gosto”, retomando o desejo de cultivo da interioridade antes mencionada.

Não é possível afirmar se este desejo as acompanhava diariamente, ou com qual frequência. A raridade de seus registros escritos pessoais, por exemplo, move muitos questionamentos e, na mesma medida, hipóteses de pesquisa. Mas é possível afirmar que estes pensamentos eram partícipes de suas identidades, e que poderiam ser por elas endossados ou rejeitados em diferentes graus. As lembranças da rotina na Casa, nos momentos de trabalho e descanso, por si só, não se distanciam da percepção de “fungibilidade entre corpo, interior doméstico e subjetividade”²³. O dia a dia era organizado pelos horários das refeições (oferecidas na Casa) e do trabalho. Afora estes eventos, encontravam-se as atividades que poderiam ser feitas em caráter individual, dentro dos quartos, ou coletivamente, como bordados, ouvir músicas (os discos de bolero acompanham as descrições), rádio e jogar cartas. As festas mais requintadas, como a de São João, e as comemorações de aniversários, eram ocasiões para a encenação de outras emoções. As saídas, para o centro ou para locais de lazer (cachoeiras, rios, piscinas), eram momentos pontuais em uma semana e, mais raras ainda, eram as viagens (ainda que acompanhadas de seus clientes). Fechava-se um circuito que tendia a fixar as relações interpessoais com base na Casa, o que não implica na anulação do fator “transitoriedade” entre as trabalhadoras, que não parecem ver o lugar como “para se viver a vida toda”.

As intrigas pessoais, antagonismos, não afloram com tanta frequência nos mesmos relatos. Assim, atesta-se o testemunho em sua ligação com uma história de vida, que não deixa de despontar a “opacidade inextricável de uma história pessoal que foi ela própria ‘enredada em histórias’”²⁴. A impressão afetiva das testemunhas não obrigatoriamente coincide com aquela advinda do receptor do testemunho, nos termos de Paul Ricoeur, o que se verifica de forma exata neste próprio questionamento: pois, então, não existiriam, ali, conflitos? Tomam seu espaço os esquecimentos ou lembranças encobridoras²⁵, quais sejam, as memórias impedidas²⁶. Mas a resposta não mais poderá vir pelo testemunho vivo. Resta, sobre ele, refletir sobre o mecanismo deste processo de “reconquista da lembrança nos trajetos da recordação”²⁷, quando lembranças podem ser consideradas como possessões pessoais. Há de se considerar a possibilidade da reconciliação através do trabalho de luto, como lembrado por Ricoeur, quando o luto “foi retido no declive fatal rumo à melancolia”²⁸, permitindo o estabelecimento de uma memória feliz que se cumpre

²³ CARVALHO, Vânia Carneiro de. Interiores e interioridade. In: CARVALHO, Vânia Carneiro de. (org.). **Casas e coisas**. São Paulo: Edusp, 2022. p. 51.

²⁴ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 173.

²⁵ Ibid., p. 454.

²⁶ Ibid., p. 83.

²⁷ Ibid., p. 503.

²⁸ Idem.

em um voto de fidelidade ao passado. O reconhecimento está no centro: reconheço essa pessoa, reconheço esse acontecimento, foi assim.

Quando oferecendo seus testemunhos a uma pesquisa de mestrado em andamento, por uma jovem historiadora²⁹, as mulheres da Casa (aquelas que puderam ser mapeadas, por continuarem a residir em Assis) se encontravam fisicamente distantes da experiência da prostituição há mais de vinte anos, minimamente. Suas idades variavam entre 50 e 78 anos. O ato de se lembrar adaptava-se a esse momento de suas vidas, e transformado em fala, adotava recursos como a supressão e a busca pela linearidade, o que imprimiria uma relação mais ou menos vívida com a Casa. A oscilação entre os sentimentos de culpa, arrependimento, alívio, felicidade, deve ser ponderada, aflorando, especialmente, as expectativas de gênero em torno da experiência de se ter trabalhado em um espaço de prostituição. O casamento, ser mãe, a criação de redes familiares, não evocam, de maneira imediata, em um modelo de família nuclear e heterossexual, a afirmação do ter sido prostituta, quando não, aliás, fundamentam uma necessidade de afastamento. Nesse caso, o silêncio e a recusa à afirmação referem-se, ao mesmo tempo, à memória individual e à memória coletiva da presença da prostituição em uma cidade.

A mudança como princípio: um drama anti-Penélope?

No ano de 1978, no dia 7 de janeiro, é noticiado na mídia local o sepultamento de Antonieta De Tílio, reconhecida como quem “dirigiu e explorou uma das mais conhecidas casas noturnas da região”³⁰. Nas lembranças de quem vivenciou o evento, está a imagem do cortejo fúnebre atravessando a rua JV, imprimindo um tom intenso àquela cerimônia: a existência de Antonieta não se diferenciava da história da prostituição em Assis. Era ela o nome visível, público, mais imediato que se conectava às memórias do auge não apenas de uma casa de prostituição, mas de um modelo específico da prática que, na cidade, começaria a estancar já no início da década de 1980. As casas fechadas, onde transcorriam bailes, noites festivas, com salões destinados às danças dos casais; espaços onde o “trabalhar” e o “morar” se confundiam, e as relações cotidianas eram, incontornavelmente, associadas à prostituição, mesmo que nem sempre vinculadas à relação sexual em si ou o que comumente se denominam “programas”. Eram estes locais que perdiam seu prestígio, quando não desapareciam, das cidades do estado de São Paulo. É o período em que Antonia Antonieta, rival de Antonieta De Tílio, mas sua companheira de ofício, declara no jornal Folha de São Paulo, em 1982: “o meretrício vai acabar sozinho, com a liberdade de hoje em dia”³¹. Diante da pressão sofrida para venda de seus lotes na zona, visando a valorização dos imóveis da vizinhança, são compreensíveis a desilusão e a revolta de Antonia, que se sentia expropriada, não só de suas conquistas, mas de uma vida que não poderia mais se dissociar da prostituição. A mesma inquietação emerge na obra jornalístico-literária “Eny e o Grande Bordel Brasileiro”, quando é atribuída à proprietária de um dos maiores bordéis do estado (também já próxima de seus anos finais de vida) a afirmação enfurecida e, ao mesmo tempo, resignada: “está na hora de fechar. Nunca vi profissional perder para amador”³². Hoje, entende-se que tais projeções não estavam incorretas, mas incompletas. A prostituição sobrevive, porém efetivamente

²⁹ A dissertação de mestrado de Ivana G. Simili foi defendida em 1995, mas os depoimentos foram colhidos entre os anos de 1991 e 1993.

³⁰ SIMILI, Ivana Guilherme. **Memória da prostituição**: lembranças da “Casa da Antonieta”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 1995. p. 73.

³¹ Ibid., p. 64.

³² MELLO, Lucius de. **Eny e o grande bordel brasileiro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 242.

com outros contornos, exigindo conhecimentos adaptados às demandas criadas pelos novos meios de comunicação e pela expansão dos meios de mercantilização da vida já nas últimas décadas do século XX, adentrando o século XXI.

A Casa de Antonieta De Tílio, vista sob essa perspectiva, não é a única a passar por um processo de desestruturação. Mas é, sim, um caso singular de ressignificação de um espaço por meio da religião, quando uma casa de prostituição se transforma em local sagrado. Efetivamente, a influência do catolicismo não se ausentava das vidas femininas na Casa. No entanto, a presença católica, agora, tornava-se física, apropriava-se de um ponto de destaque nos novos bairros resultantes do desmantelamento da zona assisense, ou seja, tomava seu lugar no alto do “morro”. Ali, não só a capela é construída, mas um cruzeiro, em sua função devocional e monumental de destaque, ao lado da entrada principal (Figura 1). Curioso notar que continua a haver, nessa nova construção, um controle de acesso. Se antes o cercamento controlava a relação interior-exterior, agora se visualizam cercas de arame, junto de um portão de metal que permanece trancado fora dos horários de celebração da missa ou de festividades ali realizadas. A permissão de entrada permanece, modificam-se completamente as funções.



Figura 1: Fotografia panorâmica da entrada principal da Capela. Fonte: autoria própria, 2025.

No nome da Capela, a citação à família parece querer imprimir novo sentido onde, antes, estava a Casa. Porém, como até aqui observado, a noção de “família” já estava profundamente presente, pautando, inclusive, a própria motivação da existência de uma zona de prostituição. Os novos fios que vão se entrelaçando nesta trama narrativa não são, assim, tão inovadores quanto aparentam. À primeira vista, há uma impressão de feitura e desmantelamento simultâneos: é construída uma zona e são destruídos, posteriormente, quaisquer vestígios que remetam à sua existência, quando esse projeto perde seu mote principal, ou seja, torna-se vencido. Fazer e desfazer constantes de uma tecitura, como na mitológica Penélope, esposa fiel e ideal de mulher tecelã, que desenvolve sua estratégia enquanto aguarda o longo retorno de seu esposo. Uma memória soterrada por outra, encerrando um ciclo e dando início ao próximo. Apesar de atraente, este mecanismo explicativo não é capaz de alcançar a pluralidade de relações que se estabelecem neste logradouro, a localização exata da Capela Sagrada Família.

Apresentam-se dilemas que não se sintetizam entre o produzir e reproduzir, exclusivamente. É como se a tecelã buscasse, com perfeição, alcançar um projeto, que nunca se materializa de acordo com suas aspirações. Para manter o léxico antes adotado, a memória dos vencedores não sobrevive sem a trajetória dos vencidos, ainda que evite tal reconhecimento. Considerar a capela como o encerramento de uma memória que foi, por fim, silenciada, é descartar a própria

motivação historiográfica que se encontra no cerne desta breve contribuição de pesquisa. De fato, não há referência material à antiga Casa da Antonieta: não há construção, nem qualquer nomeação indicativa; não existem mais as cercas de madeira, nem os eucaliptos. Não há qualquer possibilidade de acesso aos testemunhos das mulheres citadas, se não de maneira indireta, através do registro historiográfico. Uma dissertação de mestrado que se torna fonte primária, portanto.

Há, no entanto, uma riqueza inestimável contida nos vestígios, como bem aponta Carlo Ginzburg³³. Uma única afirmação que muda os rumos do desejo de sobreposição de uma memória por outra: “aqui já foi uma casa de prostituição”. O poder do reconhecimento aparece mais uma vez (“foi”), e adquire a habilidade de tensionar, de tornar produtiva uma discussão que não seja interrompida no momento de fixação de uma placa no antigo terreno da Casa, com os dizeres anunciando a chegada da Igreja. Não há dúvidas de que toda a região também sofreu intensas modificações, especialmente com a destinação residencial para o bairro, que continua a crescer, acompanhando o traçado da rodovia. Porém, a identificação do “morro” (Figura 2) ainda se destaca aos olhares e nas memórias de gerações que, de forma mais ou menos direta, tiveram suas experiências de vida atravessadas pela Casa da Antonieta, mesmo que sequer a tenham visitado algum dia. É o passado presentificado que permite o entrelaçamento das lembranças, da memória individual e coletiva, às tramas que uma cidade e seus agentes são capazes de edificar, demolir e ressignificar, não de forma unívoca. Por isso, Emília Viotti da Costa se empenha em relembrar o que denomina o princípio básico da dialética, ou seja, os homens e mulheres fazem a história, “se bem que a façam em condições que não foram por eles escolhidas”³⁴.



Figura 2: A Capela e o “morro”. Fonte: autoria própria, 2025.

³³ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁴ COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**, v. 14, n. 27, p. 9-26, 1994. p. 13.

As contingências também têm seu lugar, impedindo que Penélope continue a tecer da mesma maneira, a dispor as urdiduras de tal forma e com tamanha perfeição que as dificuldades de seu trabalho se anulem diante da apreciação dos fios entremeados. Grosso modo, uma memória, mesmo que se proponha hegemônica, inquestionável, e, nesse caso, sagrada, aspirante à imutabilidade no tempo (em contraposição à outra memória evitada, morta), não há qualquer segurança de que ela o será por completo. É notável que a antiga zona continue como integrante da cidade, que ali se fundem bairros, que a população assisense católica frequente a capela. Esta circulação, antes de ser considerada como partícipe do processo de esquecimento, é, na verdade, a principal responsável pela manutenção da memória da prostituição, ainda que indiretamente. O abandono e o afastamento poderiam tornar impraticável a escrita que até aqui se desenvolveu. Não se trata, portanto, de defender a valorização de uma memória “mais verdadeira” ou “mais digna” de uma cidade. Trata-se de considerar válido o direito do reconhecimento, e identificar os usos e abusos contidos na sentença “isto foi assim”.

Referências

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: **Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e Historiografia das Cidades, um Percorso. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2000.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. Interiores e interioridade. In: CARVALHO, Vânia Carneiro de. (org.). **Casas e coisas**. São Paulo: Edusp, 2022.

_____. O “sexo” das coisas. In: CARVALHO, Vânia Carneiro de. (org.). **Casas e coisas**. São Paulo: Edusp, 2022.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**, v. 14, n. 27, p. 9-26, 1994.

FELDMAN, Sarah. **Segregações espaciais urbanas: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo**. 1989. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MANAIA, Renan Saab Rodrigues. **Os espaços da prostituição: a história de Assis narrada pelos processos crime (1930-1963)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, 2010.

MELLO, Lucius de. **Eny e o grande bordel brasileiro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MELLO, Luísa Antonitsch Mansilha; RIBEIRO, Ana Paula Pereira da Gama Alves. Circulação e vivência nas cidades: ser mulher, ser flâneuse. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, 2021.

PERROT, Michelle. **História dos quartos**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 - 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Diana Helene. **Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero: a segregação urbana da prostituição em Campinas**. São Paulo: Annablume, 2019.



RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. Memória, história, esquecimento. In: **Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism**, Budapeste, 2003. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia. Acesso em: 02 jan. 2026.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. As muralhas invisíveis da Babilônia moderna. **Revista Óculum**, n.1, 1985. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/revistaoculum/article/view/13687>. Acesso em: 02 jan. 2026.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Memória da prostituição**: lembranças da “Casa da Antonieta”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 1995.